

O ACESSO AOS DOCUMENTOS COM E SEM O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ana Suely Pinho Lopes ¹

IBICT

pinholopes.anasuely@gmail.com

Jorge Pedro Sousa ²

Universidade Fernando Pessoa

Resumo

O presente artigo propõe-se a analisar as vantagens do acesso aos documentos digitais e ao mesmo tempo, apontar desafios encontrados ao pesquisar em documentos impressos. Neste intuito, discorre-se brevemente sobre uma experiência vivida ao pesquisar em acervos físicos e digitais em bibliotecas portuguesas. Como fundamentação teórica, busca dar ênfase aos documentos de valor histórico e ressaltar a relevância do uso da tecnologia no acesso à informação. Como resultado, o estudo permitiu constatar que o uso da tecnologia da informação aplicada ao patrimônio documental oferece inúmeros ganhos tanto em relação à redução de tempo quanto aos custos empregados com a reprodução de cópias e da massa documental acumulada. Por fim, pode-se perceber que ainda é insignificante o número de instituições que investem nesses recursos, o que dificulta o acesso a esse patrimônio e conseqüentemente compromete o papel de responsabilidade social, o de disponibilizar os documentos à sociedade em tempo hábil.

Palavras-chave: Recursos tecnológicos. Acesso à informação. Documentos digitais. Preservação Digital.

ACCESS TO DOCUMENTS WITH AND WITHOUT THE OF INFORMATION TECHNOLOGY

Abstract

This article analyzes the research advantages of accessing digital documents and highlights the unique challenges of research processes relying on printed documents. The discussion will consider the real experience of the researcher in physical and digital archives of Portuguese libraries. As a theoretical foundation, this article emphasizes the historical value of such documents and affirms the relevance of using technology when accessing information. The study concludes that the use of information technology in contexts of patrimonial document is particularly advantageous because it reduces the research time and costs incurred by producing and storing a large quantity of documents. Finally, the low number of institutions investing in these resources complicates access to this patrimonial information, consequently endangering the social responsibility of providing timely access to these invaluable archives.

Keywords: Technological resources, Access to information, Digital documents. Digital preservation.

¹ Doutoranda em Ciência da Informação – Comunicação e estudos mediáticos na Universidade Fernando Pessoa

² Professor catedrático na Universidade Fernando Pessoa



1 INTRODUÇÃO

Os documentos de arquivos servem como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação; dentre suas funções ressalta-se a responsabilidade das instituições que detém esses acervos; a de disponibilizar a informação com rapidez, bem como o dever de cumprir o papel de responsabilidade social - o de dar acesso aos documentos históricos levando esse legado às futuras gerações e preservar a memória.

A UNESCO na sua Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, recomenda o compromisso com a aplicação de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio arquivístico digital e convoca os setores públicos e privados envolvidos com a produção e proteção especial dos documentos em formato digital, a envidarem esforços para garantir sua preservação e *acesso contínuo* (grifo nosso), condição fundamental para a democratização da informação (UNESCO; BRASIL, 2005).

Nesse contexto, o advento da Tecnologia da Informação, impactou em muitas mudanças para a sociedade em forma de inovações. Sendo assim seu uso tornou-se imprescindível e muito aprazível ao célere tempo o qual estamos a viver, essencialmente para facilitar o acesso e tornar ágil a recuperação da informação.

Para Dollar (1994), são os “imperativos tecnológicos” que, teriam grande impacto nos procedimentos e práticas arquivísticas. Como destaque, a produção do documento arquivístico digital pela sua especificidade, visto que é gerado, tramitado e armazenado em meio digital. Nesse contexto, insere-se o acesso ao usuário, alvo desse estudo.

O emprego de recursos tecnológicos como contribuição à pesquisa traz-se como experiência um case vivenciado em bibliotecas portuguesas, tendo como pano de fundo, documentos considerados arquivísticos por seu valor histórico. Busca-se, com base nesse case apontar tanto as vantagens encontradas em acervos digitalizados assim como dificuldades encontradas no acesso aos documentos impressos.

Diante do acesso a ambos os acervos, impresso e digital, pode-se concluir antecipadamente que é imprescindível o uso dos recursos tecnológicos para facilitar o acesso à informação, assim como para colaborar com a vida dos acadêmicos, uma vez que o acervo disponível *online* reduz custos com a reprodução do material para o pesquisador e ainda contribui com o resultado da qualidade da pesquisa visto que dá acesso às matérias de interesse sem ônus para o usuário, além de colaborar com a preservação do patrimônio documental, ao reduzir o manuseio com a reprodução de cópias.

2 ACESSOS AOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS COM O USO DA TECNOLOGIA

Com o advento e o avanço célere das tecnologias e o uso no tratamento, controle e recuperação da informação, o papel das instituições de guarda de documentos foi substituído por aquele que o situa enquanto gestor de sistema de informação, integrado a outros sistemas, com o objetivo de garantir o acesso aos usuários das informações.

Ou seja, o eixo foi deslocado da questão da guarda para a do acesso. Dentro desta visão, é mais visado o intercâmbio de informações, entre instituições, recuperando-se os documentos de interesse do usuário a partir de referências fornecidas por cada instituição membro do sistema que partilha com as demais o controle da informação existente (SILVA, 2010, p. 105).

Já não é mais novidade nos dias atuais de que a tecnologia que temos disponível pode garantir o acesso *online* do documento a partir de digitalização de imagens. Para Silva (2010), mesmo no caso de não haver infraestrutura econômica que possibilite o uso deste recurso, a simples troca de instrumentos em pesquisa de listagem já garante o acesso do usuário, não ao documento, mas a sua referência, auxiliando enormemente a sua pesquisa.

Remete-se a publicação intitulada “Diretrizes gerais para a construção de websites de Instituições Arquivísticas”:

Os arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação cumprirão papel estratégico. Viabilizarão, para pessoas e comunidades não diretamente conectadas, o acesso público, gratuito e assistido aos conteúdos da internet. Reproduzirá na internet a função de operar conteúdos organizados segundo metodologias e padrões de seleção e qualidade. [...] Para a sociedade da informação que queremos construir: É preciso facilitar o acesso aos acervos culturais nacionais. O acesso para os cidadãos, à produção artística cultural e científica de nossas instituições – bibliotecas, arquivos – museus, coleções particulares etc. deve ser facultado em formato digital para permitir consultas de forma mais fácil e eficiente (BRASIL, 2000a, p. 3).

Nesse artigo, discorre-se sobre o acesso à informação com ênfase no uso dos recursos tecnológicos, uma vez que o motivo que levou a escrevê-lo foi o grande diferencial detectado na pesquisa realizada em documentos nas mídias digital e impressa.

Segundo Santos (2017), a questão do acesso vai muito além de se disponibilizar os documentos digitais preservados, deve-se garantir a acessibilidade, de modo que os mais diversos usuários sejam contemplados.

Nesse contexto, segue Santos (2017), cabe lembrar que elencadas as atividades de acesso estão estreitamente relacionadas às de preservação, uma vez que se preserva para prover o acesso, seja por meio da difusão ou por meio de solicitações. Em ambos os casos, há um diálogo possível, no caso da difusão, parte-se do preservador para o usuário; e no caso da solicitação, parte-se do usuário ao preservador.

O preservador deverá oferecer condições de acesso aos usuários, neste sentido, observa-se que os serviços de referência serão direcionados para diferentes tipos de usuários, o que afetará tanto os formatos, quanto os mecanismos de referência implementados. Desta forma, é preciso utilizar métodos simples voltados ao público geral, o qual poderá possuir computadores muito simples, equipados apenas com alguns *softwares* básicos. Tendo em vista estas questões, o preservador deve considerar a criação de ferramentas específicas com a finalidade de facilitar o acesso (INTERPARES 2 PROJECT, 2007).

Para efeito desse artigo, destaca-se à facilidade com que é acessada a informação disponibilizada *online* e calhou também para refletir sobre a importância do tratamento digital como efeito para preservação dos documentos históricos uma vez que esses, caso não estejam digitalizados estarão sujeitos à reprodução de cópias, manuseio para efeito de digitalização por terceiros que impacta no risco de sofrerem degradação no processo de manipulação.

3 O ARQUIVAMENTO E O FORMATO DOS DOCUMENTOS DIGITAIS

A idealização de arquivamento digital de documentos é defendida por Baggio e Flores (2012) em que evidenciam a fragilidade da rápida degradação física, a complexidade de arquivamento de documentos físicos e o consequente custo para tal. Como resolução, tem-se a possibilidade de estratégias de preservação digital.

Neste contexto a alternativa como a digitalização de documentos, tornou-se uma solução adequada, conforme Freitas; Knauss (2009):

A digitalização tem por finalidade possibilitar que o órgão produtor ou aquele que tem a custódia da documentação disponibilize seu acervo à consulta, sem necessidade do manuseio dos originais. Os documentos submetidos ao processo de digitalização são armazenados em suportes magnéticos e ópticos, e a pesquisa é feita por meio de terminais de computadores. A facilidade de acesso – “a possibilidade de consulta a documentos e informações” – permite que um determinado documento seja utilizado de maneira rápida e eficiente, sem qualquer preocupação quanto a sua integridade física. A reprodução digital de documentos se instala, assim, no campo da conservação de documentos, ao mesmo tempo em que renova a consulta e o acesso à informação. Desse modo, a tecnologia desafia campos tradicionais do pensamento arquivístico e reconceitua os campos do acesso e da conservação de documentos (FREITAS; KNAUSS, 2009).

A digitalização de documentos, ou seja, o processo de conversão de documentos físicos em formato digital maximiza o acesso e a disseminação rápida, fácil e econômica das informações; caracterizando, assim, uma forma inovadora de processos de administração de documentos no setor público, considerando a mudança na forma em que os produtos/serviços são criados e entregues (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008). O formato digital de um arquivo é o modo como um processo computacional pode identificar as informações geradas por meio

de um sistema computacional. A finalidade desse processo é a intenção em preservar a integridade, a originalidade e a acessibilidade das informações contidas nos documentos (MÁRDERO ARELLANO, 2004).

A digitalização de documentos trata-se de uma inovação cada vez mais comum nas organizações públicas brasileiras, fato decorrente da necessidade da agilidade na recuperação e utilização da informação, afirmam Schafer & Flores (2014). Esses autores também relacionam os seguintes benefícios à digitalização de documentos: simplicidade no compartilhamento de documentos; rapidez na produção de cópias; rapidez na recuperação da informação em comparação ao suporte físico (desde que adotadas rotinas consistentes de organização de arquivamento), entre outras aplicações. Outros recursos fundamentais no contexto tecnológico é o emprego dos metadados.

4 OS METADADOS

O e-ARQ Brasil tem como principal finalidade a incorporação dos conceitos arquivísticos em sistemas eletrônicos, caracterizando-se como um sistema confiável para a produção e manutenção de documentos arquivísticos, em suas normas apresenta Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, dentre os quais incluem-se os metadados.

Os metadados são fundamentais, por se configurarem como importantes componentes digitais de um documento arquivístico, sendo agentes de informações relevantes ao seu contexto tecnológico, necessários para a sua preservação. A implementação de esquemas de metadados permite um histórico das mutações dos documentos digitais, podendo tornar-se um importante fator para comprovar a sua fidedignidade.

A definição para emprego de metadados é muito importante numa política de preservação digital, visto que esses são estratégias essenciais na preservação dos documentos arquivísticos digitais, por se tratar de dados que descrevem outros dados, formando uma estrutura abstrata denominada esquema ou conjunto de metadados. Tratam-se de componentes dos documentos arquivísticos digitais que descrevem suas propriedades e componentes necessários à manutenção e comprovação da integridade, autenticidade e fidedignidade dos documentos, constituindo-se como instrumentos de análise diplomática dos documentos, ademais, fornecem uma descrição ampla do documento digital, considerada fundamental para comprovação de sua fidedignidade.

Sendo assim, os padrões metadados são importantes para informar o contexto tecnológico dos documentos digitais, para que os futuros usuários compreendam o ambiente em que foi criado, bem como o seu histórico de manutenção. Por meio desses padrões é possível registrar a cadeia de custódia dos documentos digitais e de seus respectivos componentes.

Além disso, os metadados podem identificar os documentos de forma única, tanto interna, quanto externamente, em relação ao acervo ao qual pertencem. Logo, os metadados de preservação tornam-se componentes-chave para grande parte das estratégias de preservação digital, pois têm a função de documentar todas as ações proferidas sobre os documentos.

Os metadados de preservação são fundamentais para a garantia de acesso fidedigno em longo prazo, fornecendo assim um histórico que irá auxiliar na interpretação dos documentos digitais.

5 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E TEMÁTICOS

As publicações científicas online, que adotam os softwares recomendados pela OAI e o Movimento de Acesso Livre, também estão presentes em espaços integrativos online que possibilitam sua identificação, seleção e uso pelos pesquisadores em um só local, como se este fosse uma espécie de portal, dispensando o acesso individual a cada título de revista ou tese, por exemplo. Esses espaços integrativos são na verdade repositórios temáticos ou institucionais que funcionam como fontes secundárias na estrutura da literatura científica. Um repositório digital é um arquivo digital que reúne uma coleção de documentos digitais. Os repositórios digitais que adotam o modelo OAI, isto é, que adotam o protocolo OAI-PMH (Open Archive Initiative – Protocol for Metadata Harvesting), compartilham os mesmos metadados, tornando seus conteúdos interoperáveis entre si. Seus metadados podem ser coletados por sistemas “virtuais” globais (provedores de serviços), que funcionam como fontes terciárias. Esse esquema permite a navegação de forma integrada por qualquer usuário, conforme é feito em uma base de dados, mas com a vantagem do acesso ao texto completo (PINFIELD, 2004). De um modo geral, os termos “repositórios institucionais” ou “temáticos” são adotados para caracterizar os repositórios digitais que reúnem respectivamente a produção científica de uma instituição e de uma área.

6 O DOCUMENTO ARQUIVISTICO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Os documentos arquivísticos são produzidos e mantidos por organizações e pessoas para registrar suas atividades e servirem como fonte de provas e informação. Para tanto, eles necessitam permanecer fidedignos e autênticos, tal qual foram gerados, para cumprir fielmente sua função ao longo do tempo, portanto faz-se necessário implantar políticas, fazer uso de estratégias, métodos e sistemas, visto que fornecerem evidência de suas ações e contribuir para a ampliação da memória de uma comunidade ou da sociedade como um todo.

Sendo assim, os documentos arquivísticos de valor histórico registram as ações governamentais de uma determinada época da história do país e comprovam os fatos que compõem parte da memória de um povo, uma vez considerados patrimônio cultural em forma de legado para a posteridade dada a sua função como documento arquivístico.

A preservação, a classificação ou o tombamento de objetos móveis e imóveis decorre do significado simbólico que atribuímos a ele. Todo o produto material das culturas humanas é dotado de uma funcionalidade, um fim para o qual é executado. O valor simbólico que atribuímos aos objetos, artefatos, é decorrente da importância que lhe atribuímos à memória coletiva. É essa memória que nos impele a desvendar significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro dos limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento (CAMARGO, 2002, p. 30).

177

Sendo que, com o patrimônio documental não é diferente, visto ser reconhecido como patrimônio cultural podendo ser definido como um conjunto de bens que possui valor próprio, uma representação da memória da sociedade, considerado de valor relevante para a memória da sociedade, e a herança do passado a ser preservada para gerações futuras.

No que se refere aos acervos documentais das instituições culturais ocorre o mesmo; manter-se preservada e acessível, para tornar-se um legado e cumprir sua função, a de transmitir a história às futuras gerações.

Entende-se que diante dos avanços tecnológicos, com o aumento crescente da produção do documento arquivístico digital, torna-se cada vez mais complexa a forma de fazer a gestão dos documentos arquivísticos, diante da sua finalidade que é a execução eficiente do ciclo vital do documento de forma que garanta que estes estejam disponíveis, tratados, organizados, arquivados, classificados e preservados ao longo do tempo. Com as mídias de suporte “base física sobre a qual a informação é registrada” (BRASIL, 2014b), parte do processo, não foi diferente, elas também evoluíram e sofreram alterações conforme tendências tecnológicas.

Diante deste cenário, vale ressaltar que a ideia de documento assim como a de suporte, sofreu modificações e passou a exigir mais atenção num instante em que também sofre impacto da obsolescência tecnológica provocada pela evolução com o passar do tempo em período

remoto. Para Rondinelli (2002) essa razão, inspira cautela principalmente por sua característica de forma fixa e conteúdo estável, no que diz respeito ao acesso do conteúdo de caráter informacional no mundo real, sendo este pura e simplesmente digital. Para Ferreira (2006)

Nos dias de hoje, uma parte significativa da produção intelectual é realizada com o auxílio de ferramentas digitais. A simplicidade com que o material digital pode ser criado e disseminado através das modernas redes de comunicação e a qualidade dos resultados obtidos são fatores determinantes na adoção deste tipo de ferramentas. No entanto, o material digital carrega consigo um problema estrutural que coloca em risco a sua longevidade. Embora um documento digital possa ser copiado infinitas vezes sem qualquer perda de qualidade, este exige a presença de um contexto tecnológico para que possa ser consumido de forma inteligível por um ser humano. Essa dependência tecnológica torna-o vulnerável à rápida obsolescência a que geralmente a tecnologia está sujeita (FERREIRA, 2006, p.17-18).

Entende-se que, como resultado do avanço tecnológico que os suportes, grandes vilões da ameaça tecnológica, têm sido levados a modificações frenéticas caracterizando a sua natureza mutável e sua durabilidade tem se tornado cada vez menor se comparado às mídias anteriores na história da sociedade, mesmo aquelas que antecederam ao papel.

Ressalta-se a gravidade do problema vez que as mudanças tecnológicas põem em risco a autenticidade da informação registrada e ameaçam a preservação dos documentos digitais considerando-se que, num pouco espaço de tempo, em menos de meio século, a partir do surgimento dos equipamentos de hardwares e programas de softwares estes passaram a fazer parte das nossas atividades no dia a dia.

Em decorrência do aumento da produção digital, acesso e recuperação, a preservação dos documentos em meio digital, passou a ser fator de preocupação como um desafio imposto aos arquivistas, com a necessidade de busca por soluções de preservação em longo prazo desses documentos pela exigência em pouco espaço de tempo do uso de novas ferramentas que superem essas questões e atendam a modernidade. Sedo assim, há que contextualizar a preservação segundo os meios os quais os documentos estarão armazenados pensando na Preservação Digital.

A Preservação Digital segundo Márdero Arellano “compreende os mecanismos que permitem o armazenamento em repositórios de dados digitais que garantem a perenidade dos seus conteúdos”. Segundo este autor, “a condição básica à preservação digital seria a adoção de métodos e tecnologias que integrariam a preservação física, lógica e intelectual dos objetos digitais” (MÁRDERO ARELLANO, 2008, p.44).

Para preservação dos registros em meio digital e para resguardar fundos da memória e história da humanidade armazenados em meio digital é fundamental a adoção de estratégias de preservação digital. “A aplicação de estratégias de preservação para documentos digitais é uma

prioridade, pois sem elas não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade e integridade dos documentos a longo prazo.” (MÁRDERO ARELLANO, 2004, p.15).

Nessa abordagem voltamos a falar sobre os suportes de armazenamento que assim como os demais aparatos tecnológicos, estão ameaçados pela obsolescência tecnológica e expostos a fragilidade devido a manipulação, tempo de uso e qualidade da mídia, falhas no processo de fabricação e a obsolescência tecnológica isto sem citar os fatores naturais.

Embora o advento dos meios de armazenamento eletrônico seja bastante novo, uma quantidade substancial de informações armazenadas eletronicamente tem se deteriorado e desaparecido. Existe um dilema: a capacidade de registrar informações aumentou exponencialmente ao longo do tempo, enquanto que a longevidade dos meios utilizados para armazená-la cresceu de modo equivalente (LIMA, 2007, p. 24).

Ao referir-se aos suportes de armazenamento que envolve a preservação dos registros em meio digital, entende-se que estes devem ser tratados como um fator de alerta no sentido de mantê-los contínuos, vez que se tratam de meios que fazem parte do contexto da longevidade digital e que exigem, portanto, cuidado especial tendo em vista que serão além de 62 condutores, complementos para o armazenamento local e de relevância para garantir o acesso, a recuperação e a preservação da informação em longo prazo.

Outra característica essencial para a preservação dos documentos arquivísticos digitais por longo prazo é a autenticidade. O Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais (BRASIL, 2014a, p. 8) traduz o termo autenticidade como “credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção”.

Mediante essas constatações e tendo em vista o risco da adulteração e a insegurança que permeia o mundo digital, e principalmente considerando-se o fator preservação digital confiável, focamos a atenção em busca de estratégias que assegurem a autenticidade dos documentos digitais e preserve-os diante das ameaças causadas pela tecnologia digital.

Entende-se assim, que a preservação digital aplica-se a garantir que as informações sejam preservadas de forma legível e acessível, mantendo simultaneamente as suas características de autenticidade e integridade pelo tempo que se fizer necessário. Dessa maneira, a preservação digital é uma política de contenção as ameaças e riscos, para colaborar com a manutenção de um legado cultural, histórico e científico.

7 O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO MEMÓRIA

O documento arquivístico é tratado como memória, visto que registra fatos históricos seja de instituições ou de pessoas, reconhecido pela UNESCO, como patrimônio arquivístico digital, tendo em vista que traz o registro de uma sociedade sendo assim um patrimônio a ser preservado (UNESCO; BRASIL, 2005). Diante dessa compreensão, busca-se promover a interação dos termos discutidos neste estudo - patrimônio cultural e patrimônio documental e para tal, faz-se um elo com o pensamento intrínseco da correlação ao significado de patrimônio cultural definido por Bellotto (2014):

A preservação do patrimônio cultural significa a preservação da memória de toda uma sociedade que tenha produzido e acumulado aquele patrimônio, que é a soma de todos os saberes, fazeres, comportamentos e experiências que, a partir dos seus objetos, registros e produtos concretos, foram produzidos no evoluir dessa sociedade (BELLOTO, 2014, p. 135).

A autora aborda a importância dos registros, frutos dos fazeres da sociedade que se tornam patrimônio cultural, cabendo aqui uma referência aos documentos arquivísticos. São esses documentos que passaram por critérios de avaliação, tidos como de valor permanente que preservados, passaram a ser considerado patrimônio documental, conforme expresso abaixo:

Os documentos que se acham nos arquivos públicos foram criados por razões administrativas, jurídicas, técnicas, científicas etc. e que, considerados de valor informacional permanente dentre os que foram criteriosamente eliminados, foram preservados, passando a integrar o patrimônio cultural na categoria de patrimônio documental de uma comunidade, região ou país.

Bellotto (2014) faz uma analogia entre patrimônio documental e elementos do patrimônio histórico, considerando a temporalidade de produção e uso:

Os acervos documentais permanentes são patrimônios documentais e integram o patrimônio histórico. Este é considerado, por alguns autores, como um segmento do patrimônio cultural de uma nação ou de um povo (Lemos, 1981 apud Bellotto, 2014). Mas, com a diferença que os elementos do patrimônio cultural estão em constante produção e em uso imediato, enquanto os elementos do patrimônio histórico são produtos acabados. São mais que tudo, testemunhos, provas e, frequentemente, restam apenas amostras daquilo que já fora utilizado dentro da sua finalidade imediata de criação. Assim, o conteúdo formal e informativo dos arquivos permanentes é patrimônio histórico/cultural, tanto quanto o patrimônio edificado.

Na perspectiva de patrimônio cultural e documental, inserem-se os documentos arquivísticos seja qual for o formato, a mídia em que se encontram desde que comprovem valor legal, informativo e cultural, tidos como documentos históricos, aptos de serem preservados às futuras gerações e no caso específico registrem os fatos históricos registrados em determinada época referentes a um país, no caso, vivenciado, o registro da imagem do Brasil em revistas ilustradas portuguesas, pelo colonizador.

8 CONCLUSÕES

Pode-se concluir que o investimento em recursos tecnológicos para os acervos documentais é ainda muito pequeno, imagina-se que se tem em vista o alto custo dos serviços de digitalização e com a manutenção das bases de dados.

As bibliotecas que detém os acervos que foram pesquisados são detentores de documentos históricos valiosos que guardam a imagem da história do Brasil, uma vez que se buscou as revistas ilustradas portuguesas referente ao primeiro século pós-independência (1822-1922). Fisicamente, ainda encontram-se em bom estado de conservação, mas com o tempo, caso não conte com um projeto de digitalização e disponibilização *online* corre o risco de sumir, pois uma vez que não estão disponíveis em formato digital, na maioria, ainda em papel, além do manuseio, expostos a degradação, de difícil acesso e podem comprometer a qualidade do trabalho final do pesquisador, tendo em vista o alto custo com a reprodução dos mesmos.

Das quatro bibliotecas frequentadas para a pesquisa apenas uma conta com parte do acervo disponível online, o que somou muito à satisfação ao realizar a pesquisa; sendo este o acervo que mais contribuiu com a pesquisa embora todas disponibilizem sistemas de base de dados com as referências acessíveis, o que contribui de certa forma com a recuperação da informação impressa.

Pode-se notar, em contato com os profissionais que há projetos em andamento para digitalização do acervo, mas, a justificativa do ainda não realizado, é a inexistência de verba, o que não é novidade na nossa área.

Um fator que dificultou a pesquisa em acervos impressos foi a burocracia imposta na busca pelo acesso aos documentos, o apego demonstrado na postura profissional que também dificulta a pesquisa.

De acordo com Heed (2015), as práticas profissionais arquivísticas permanecem praticamente inalteradas e essencialmente voltadas para o papel e para atender as demandas atuais; há que entender que, diante da evolução tecnológica desenfreada e do impacto causado nos arquivos não há mais como continuar com as mesmas regras, práticas, modelo de comportamento; alterações profundas estão a ocorrer com a transição do analógico para digital, cenário esse que exige um pensar e atuar mais pró-ativo para assim garantir uma vida longa aos documentos permanentes de modo que assegure a integridade e a autenticidade em longo prazo.

Considera-se ter obtido respostas às inquietudes da pesquisa, uma vez que foi possível apontar as diferenças encontradas entre acessar um acervo digital e outro impresso numa pesquisa acadêmica.

Percebe-se que o uso de recursos tecnológicos faz-se irreversível e essencial para o acesso, visto que, na era da informação a qual vivemos, a produção informacional e o campo da comunicação estão pautados na tecnologia da informação.

Os resultados encontrados neste trabalho permitem-nos refletir sobre a baixa utilização dos recursos tecnológicos em instituições documentos o que vem a dificultar o acesso à informação, uma vez que não é dado como prioridade o uso desses recursos para viabilizar o acesso à informação, parece que ainda está distante de ser prioridade dentre as perspectivas estratégicas de gestão.

Conclui-se assim que as instituições de guarda de documentos, no caso, as bibliotecas que serviram de fontes de pesquisas ainda não adotam o conceito de responsabilidade social estratégica, que seria um estágio inicial do conceito atual de responsabilidade social, considerando a literatura em referência.

Com a pesquisa sobre o acesso à informação e a experiência pode-se constatar que a literatura aponta o acesso como requisito essencial nos serviços de informação e que o uso de recursos tecnológicos para a gestão dos documentos históricos é fundamental para auxiliar na recuperação da informação e colaborar com o acesso, o que foi constatado tanto como facilidade nos acervos digitais, assim como desafio nos acervos impressos.

Uma vez que, colocado por Bellotto (2004), o tratamento documental nos documentos, é fundamental para solidificar as bases que permitem assegurar o acesso à informação. Visto que a tecnologia da informação aplicada aos documentos deve suceder a observância aos fundamentos da teoria arquivística.

REFERENCIAS

BAGGIO, C. C.; FLORES, D. Estratégias, critérios e políticas para preservação de documentos digitais em arquivos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 41, n.2-3, p. 58-71, 2012.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte, UFMG, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas**. Rio de Janeiro: Conarq, 2000a. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_Construcao_websites.pdf. Acesso em: 12 de jun. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2014b.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf. Acesso em: 20 Jun. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais: 6ª versão, 2014a**. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf. Acesso em: 12 de jun. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2000b.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004**. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: <http://conarq.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html>. Acesso em: 25. Ago. 2019. Brasília, v. 33, n.2, p.15-27, 2004. cada.pdf>.

CAMARGO, H. B. **Patrimônio histórico e cultural**. Porto Alegre: Aleph, 2002.

DOLLAR, C. M. O impacto das tecnologias de informação sobre os princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Revista do Arquivo Nacional**, v. 7, n.1/2, p. 3-38, jan./dez. 1994.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2019.

FREITAS, C. R.; KNAUSS, P. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. **Patrimônio e Memória**, v.4, n.2, p. 3-16, 2009.

HEED, B. Fazer o mesmo não vai funcionar vamos tornar a manutenção dos documentos Digitais interessante. In: **Acervo**, rio de janeiro, v. 28, n. 2, p. 93-109, jul./dez. 2015.

Disponível em:

<file:///C:/Users/EXPERT/Downloads/2015%20OK%20%20B%20Reed%20recordkeeping%20611-803-1-PB%20(5).pdf > Acesso em: 11 dez. 2016.

INTERPARES 2 PROJECT. **Diretrizes do Preservador**. A preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações. TEAM Brasil. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. 2002–2007. Disponível em:

http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_preserver_guidelines_booklet--portuguese.pdf. Acesso em ago. 2019.

LIMA, C.C. **Preservação Digital**: a experiência da pesquisa Guignard. Dissertação, 2007.

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/1843/VPQZ6CQVW/1/presrvacaodigitalpqq.pdf>
Acesso em: 10. Jun. 2019.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. Brasília, DF. Tese de doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Brasília, 2008.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n.2, p.15-27, 2004.

PINFIELD, Stephen . Self-archiving publications. In: **International Yearbook of Library and Information Management** 2004-2005: Scholarly publishing in anelectronic era . London: Facet, 2004, p 118-145. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/381302.pdf>. Acesso em 12 Jun. 2019.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

SANTOS, H. M. dos; FLORES, D. **Da preservação digital ao acesso à informação**: uma breve revisão. Páginas a&b. S.3, n. 7, 2017. DOI 10.21747/21836671/pag7a2. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasieb/article/view/2836/2593>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SCHAFER, M. B.; FLORES, D. A digitalização de documentos arquivísticos no contexto brasileiro. **Tendências da Pesquisa Brasileira. Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2014.

SILVA, Jaime Antunes da. A situação arquivística brasileira: subsídios para a implantação de uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas. In: MARQUES, Antônio José; STAMPA; Inez Terezinha. **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. cap. 5, p. 105-114.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

UNESCO; BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2005. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf . Acesso em: 12 out. 2016.

WEITZEL, S. R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Questão**. v. 12, n. 1, 2006. In: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/19/7>> Acesso em: 12 jun. 2019.